

## A ARTE DO DETALHE

*Mônica Graciela Zoppi Fontana*  
(UNICAMP-CNPq)  
monzoppi@iel.unicamp.br



Georges Seurat - Tarde de Domingo na Ilha de Grande Jate. In: *Projeto Cores e Cores*. Disponível em: <http://coresecores.wikispaces.com/Aula3> CC Acesso 8-8-2011

### Recortar a forma para compreender o sentido

*Pintura de pontos (peinture au point)*: Técnica pictórica que se orienta a partir de um método preciso: trata-se de dividir as cores em seus componentes fundamentais. As inúmeras pinceladas regulares de cores puras que cobrem a tela são recompostas pelo olhar do observador e, com isso, recupera-se sua



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

unidade. Em lugar do naturalismo e da preocupação com os efeitos momentâneos de luz, caros aos impressionistas, o quadro de Seurat expõe figuras de corte geométrico que se apresentam sobre um plano rigorosamente construído a partir de eixos horizontais e verticais. Os intervalos calculados entre uma figura e outra, as sombras formando ângulos retos e a superfície pontilhada atestam a fidelidade a um programa teórico apoiado nos avanços científicos da época. In: *Enciclopédia Itau Cultural: Artes Visuais*. Disponível em: [http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=termos\\_texto&cd\\_verbete=3642](http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3642) Acesso 5-8-2011

Tomada pelo agenciamento singular deste meu espaço de autoria em homenagem a Eduardo Guimarães, as várias temporalidades que significam esta escrita logo se fizeram presentes. Uma imagem guardada com carinho na lembrança surgiu de repente, dando o tom e a linha desse meu artigo: o gesto minucioso e a voz pausada com que o professor Guimarães desenvolvia, com rigor, a análise das Constituições Brasileiras do século XIX na disciplina *Tópicos de Semântica*, uma das primeiras que cursei como aluna do Programa de Pós-graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp) em 1988. Lembro dos detalhes precisos com que descrevia o funcionamento de uma cláusula relativa na qual se definia o cidadão brasileiro. Cada articulação possível e seus efeitos de sentido no texto era escudrinhada com cuidado e primor. O gesto analítico se apoiava em uma crítica original e inovadora às teorias enunciativas recentes, mas simultaneamente costurava com pontos firmes e certos uma reflexão teórica própria. Aulas laboriosamente construídas, nas quais perder uma meada implicava não conseguir mais acompanhar o fio do raciocínio. Não por acaso a atenção da turma era tamanha, pese ao calor da tarde dessas quintas-feiras memoráveis: as perguntas a ser feitas esperavam até o momento de um ponto de amarração da explicação, quando a trama densa da fala do professor Eduardo abria uma brecha.

Os enunciados do texto examinado eram recortados, postos em relação, referidos ao acontecimento histórico de sua enunciação. Na época, Guimarães se debruçava sobre a descrição dos processos de designação a partir de uma abordagem não referencialista, que considerava a materialidade da língua e a historicidade do sentido. O foco da análise se concentrava em torno do funcionamento da expressão “*os que*”, com a qual eram introduzidos os diferentes parágrafos das Constituições que estabelecem quem é cidadão



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

brasileiro. Essa análise dos sentidos de “cidadão” foi publicada em 1992<sup>1</sup> e reproduzo a seguir alguns fragmentos do artigo, para que o leitor possa apreciar por si mesmo o efeito complexo de detalhe-conjunto que o movimento da descrição produz nos textos de nosso autor.

“Art. 6º. – São cidadãos brasileiros:”

O item 1º do Art. 6º segue ao caput referido acima dizendo: “1º. – *Os que no Brasil tiverem nascido*, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que esta não resida por serviço de sua nação” [...] E aqui se põe uma pergunta: o *os* deste item 1º. é anáfora do quê? Não pode ser de *cidadãos brasileiros*, pois assim se teria como paráfrase do caput do artigo e de seu item 1º.: “São cidadãos brasileiros: os cidadãos brasileiros que no Brasil tiverem nascido”. O *os* é anáfora de *cidadãos*. Isto leva à seguinte paráfrase para o caput do artigo 6º e seu item 1º: “São cidadãos brasileiros: os cidadãos que no Brasil tiverem nascido”[...] Significar a categoria do cidadão pela anáfora é constituir um efeito de pré-construído (Pêcheux, 1975) como se houvessem “cidadãos” com tais e tais predicados, qualidades e que, se nascidos no Brasil, seriam “cidadãos brasileiros”.

Mas é possível pensar em uma outra alternativa: o *os* interpretado como dêitico. Neste caso ele refere o mesmo que *indivíduos*, *pessoas* referiria, e não o que *cidadãos* referiria. Com esta hipótese, o caput do artigo 6º e seu item 1º seria paráfrase de “são cidadãos brasileiros os indivíduos que no Brasil tiverem nascido...”[...] Por outra parte há que se levar em conta a articulação explicativa do item 1º. Retomêmo-lo: “1º.- Os que no Brasil tiverem nascido, *quer sejam ingênuos ou libertos*”, cujo efeito de sentido é o efeito de sustentação (Pêcheux, 1975), o retorno do conhecido: a especificação encaixada (*quer sejam ingênuos ou libertos*) funciona no enunciado como se só houvesse, no “universo” considerado, “*indivíduos ingênuos ou libertos*”.[...] e estes efeitos de sentido do item 1º. trazem um problema: se, por um lado, confirma a qualidade de liberdade do cidadão, “mostra”, por outro, que há pessoas nascidas no Brasil que não são livres e, portanto, não são “cidadãos brasileiros”. Negar a cidadania é negar a brasilidade. (GUIMARÃES, 1996: 39-40)

Na constituição, a medida em que se qualifica como cidadão brasileiro “ingênuos e libertos”, o escravo aparece só como uma contraparte disto, não sendo dito no texto [...] No texto da Constituição do Império tem-se algo que é paráfrase de “há escravos no Brasil, eles não são brasileiros”. Há algo que é paráfrase disto sem que esta sequência tenha sido dita. [...] Ou seja, é “cidadão” que qualifica, determina “brasileiros”, apesar de a construção sintática parecer indicar na direção oposta. (idem, p.42)

Ao acompanhar as aulas (várias) que trataram do assunto, eu fiquei duplamente atônita: como era possível dizer tanto de uma simples construção relativa por meio de uma

---

<sup>1</sup> Cf. Guimarães, E. (1992) Os sentidos do cidadão no Império e na República do Brasil. In: *Signo y Señá*, v.1. p.101-114. Buenos Aires, FFYL-UBA. Há uma versão publicada no Brasil In: \_\_\_\_\_ & Orlandi, E. (orgs.) *Língua e cidadania*. O português no Brasil. Campinas, Pontes, 1996. p.39-46



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

descrição? Como era possível avançar na reflexão crítica sobre a enunciação a partir dessa única forma? A resposta se mostrava a todos nós, alunos, na força de sua evidência, a cada nova aula: *pela teoria*. Nosso professor *teorizava* para nós, seus espectadores interessados: ele construía sua própria teoria sobre a designação<sup>2</sup>, assim como alguns anos depois investiria na construção de uma reflexão teórica sobre o agenciamento enunciativo<sup>3</sup> e a textualidade<sup>4</sup>.

Ter sido testemunha e partícipe dessa construção aprimorada ao longo dos anos, acompanhando primeiro como aluna, depois como colega, os diversos movimentos de sustentação teórica de cada novo procedimento de análise, foi e continua sendo um grande privilégio e um aprendizado constante. Dos vários efeitos produzidos na minha prática de pesquisa por essa rica convivência intelectual, um precisa ser mencionado já na abertura deste artigo: eu incorporei um “gosto pelo detalhe” como princípio estruturante dos procedimentos de análise e descrição.

Para melhor compreender esta técnica descritiva trago como epígrafe para este trabalho o conhecido quadro de Seurat e a caracterização do estilo e movimento pictórico que ele inaugurou: a *pintura de pontos*, que propõe um olhar que divide a cena nos seus componentes fundamentais, os interpreta a partir de uma reflexão teórica fundamentada em princípios científicos e os apresenta com precisão na concisão de pontos nítidos e distintos que permitem ao espectador/leitor a recomposição do sentido da cena. Uma descrição/interpretação “no ponto”, como poderíamos dizer aproveitando o trocadilho.

Em um trabalho recente (e belo), no qual desenvolve uma análise sobre o poema “Andorinha” de Manuel Bandeira, Guimarães (2010) declara seu interesse no método de descrição adotado por Spitzer (1948/1974) nos seus textos, que consiste, conforme este autor, “em passar da observação do detalhe a unidades cada vez mais amplas, que descansam em grande medida na especulação”. Este “gosto pelo detalhe” aparece caracterizado na citação de Spitzer que Guimarães inclui no seu artigo e que reproduzo parcialmente a seguir:

---

<sup>2</sup> Cf. Guimarães (2002, 2007a e 2009).

<sup>3</sup> Cf. Guimarães (1987, 2002 e 2005).

<sup>4</sup> Cf. Guimarães (1987, 2007b e 2011).





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Evidentemente que procuro descobrir a significação no detalhe, o hábito de tomar um detalhe linguístico com a mesma seriedade que o significado de uma obra de arte, [...] consequência da firme convicção preestabelecida – do “axioma do filólogo”- de que os detalhes não são uma reunião casual de material disperso que nenhuma luz deixa mostrar (SPITZER, 1948/1974: 42-43 apud GUIMARÃES, 2010:200-201)<sup>5</sup>

A partir dessa citação e da análise proposta para o poema de Bandeira, Guimarães explicita a sua posição teórica: *o sentido de uma expressão linguística se constitui pelo acontecimento de enunciação*. Este é o princípio que está na base da *Semântica do Acontecimento* (GUIMARÃES, 2002), construção teórica original e inovadora que ao mesmo tempo que retoma a tradição francesa de estudos da enunciação, os desloca e renova radicalmente pela consideração da história e do político na definição do acontecimento enunciativo.

## O acontecimento da teoria

Clame a sáparia  
Em críticas cétricas:  
Não há mais poesia,  
Mas há artes poéticas.  
(*Os sapos*, Manuel Bandeira)

---

<sup>5</sup> Cf. também Guimarães, 2011, onde o autor desenvolve mais longamente a relação com o método de descrição textual adotado por Spitzer.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

A novidade da abordagem enunciativa proposta por Guimarães se encontra alicerçada em sua concepção de enunciação como *acontecimento* e de sua definição do *espaço de enunciação*. Como consequência destes dois conceitos teóricos, tanto a noção de sujeito (na sua dimensão de falante e de locutor) quanto a noção de temporalidade, pilares da tradição de estudos enunciativos aberta por Benveniste (1966), são afetadas no seu cerne e deslocadas para um quadro teórico que as redefine e relaciona com uma reflexão semântico-enunciativa sobre a textualidade. Vamos nos debruçar, então, sobre estes princípios teóricos, para depois apresentar como eles abriram profícuas possibilidades de análise no meu trabalho recente sobre a representação do português do Brasil como língua transnacional.

Para Guimarães (2007b:204):

Não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente enquanto no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.

Por outro lado, a enunciação deve ser compreendida como um *acontecimento político*<sup>6</sup>. O autor define *enunciação* como “um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995:65) e ainda esclarece que “a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma *posição de sujeito* no discurso, e isso, por si só, põe a língua em funcionamento, por afetá-la pelo interdiscurso” (*ibidem*). Em um texto recente Guimarães explicita que:

São quatro os elementos que caracterizam o acontecimento de enunciação. Os dois primeiros são a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual se enuncia algo. O terceiro elemento é a temporalidade do acontecimento. O quarto é o real a que o dizer se expõe ao falar dele [...] Trata-se de uma materialidade histórica do real. (GUIMARÃES, 2007b:204)

À diferença de outros linguistas (Benveniste, por exemplo), para os quais o acontecimento da enunciação está ancorado no tempo do sujeito de enunciação, portanto

---

<sup>6</sup> Guimarães (2002) afirma que o acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político: “o homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” (*idem*, p16).



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

em um presente recortado pelo ato individual realizado pelo falante ao enunciar, para Guimarães o acontecimento “não é um fato *no* tempo.[...] Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. [...] Em outras palavras, é o acontecimento que temporaliza, não o sujeito. O sujeito é constituído na e pela temporalidade do acontecimento.” (GUIMARÃES, 2007b:204). Nesta medida, o acontecimento “é diferença em sua própria ordem”, ele é sempre uma nova temporalização (GUIMARÃES, 2002:12). Esta definição diferenciada do acontecimento enunciativo permite deslocar radicalmente o modo de compreender e descrever a relação estabelecida entre os outros três elementos constitutivos da enunciação: a língua, o real e o sujeito. Teoricamente leva a uma nova definição das figuras enunciativas, primordialmente a do locutor, e da temporalidade e dos processos de designação em relação à referência. Neste trabalho nos interessa particularmente os avanços produzidos pelo autor sobre a noção de *agenciamento da enunciação*.

Segundo Guimarães, o acontecimento da enunciação se dá sempre num espaço de divisão de línguas, que o autor define por meio do conceito de *espaço de enunciação*:

São espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer (GUIMARÃES, 2002: 18).

Trata-se, portanto, de um espaço político, constitutivamente marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas. Por “político”, entende-se o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (*ibidem*, p. 16). O político não é, dessa maneira, algo exterior à língua; ao contrário, ele é parte do seu funcionamento. Por ser necessariamente atravessada pelo político, a língua é marcada por uma divisão, pela qual os falantes se identificam. O falante é, então, concebido como uma “figura política constituída pelos espaços de enunciação” (*ibidem*, p. 18), e não como indivíduo ou ser bio-psico-social que realiza o ato de falar. Nessa perspectiva, é o espaço de enunciação que constitui o falante como sujeito no acontecimento enunciativo. Assim, o conceito de espaço de enunciação permite pensar *politicamente* a diversidade linguística como divisão da(s) língua(s) e, conseqüentemente,



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

definir os falantes dessa(s) língua(s) enquanto constituídos enunciativamente pelo conflito entre *modos e direitos de dizer* desigualmente distribuídos<sup>7</sup>. Segundo Guimarães, esse conflito se encontra presente na língua como uma deontologia que regula as relações entre os falantes; queremos, por nossa vez, destacar o fato de que compreendemos a língua como *forma material* (ORLANDI, 1996), isto é, sempre-já inscrita nos processos históricos que determinam seu funcionamento em condições de produção específicas<sup>8</sup>, o que nos leva a considerar essa deontologia como efeito do interdiscurso no acontecimento da língua em funcionamento, ou seja, no agenciamento da enunciação. O espaço de enunciação é, para nós, um espaço simbólico sobredeterminado pelo real da língua e da história.

No nosso trabalho, consideramos que o conceito de *espaço de enunciação* permite ancorar o estudo da divisão constitutiva da(s) línguas e seu(s) falante(s) em um espaço historicamente determinado que funciona como suporte ou base material para esse conjunto de relações, delimitando o recorte que possibilita o fechamento provisório de um campo de conflitos e contradições<sup>9</sup>.

A novidade trazida para a teoria da enunciação por este conceito permite produzir um deslocamento fundamental na maneira de considerar o lugar e funcionamento do *falante* na enunciação: “Quem assume a palavra é o falante, constituído pelo espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2007b:206).

O espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, nem como uma distribuição estratificada de características. Falar é assumir a palavra nesse espaço dividido de línguas e falantes. (*ibidem*).

---

<sup>7</sup> Para Guimarães (2007b:205) “o funcionamento de uma língua é diretamente afetado por suas divisões, tanto geográficas (horizontais), quanto sociais (verticais). Esta posição, ao se colocar como oposta a posições como a variacionista, [...] marca diretamente o caráter político da enunciação”.

<sup>8</sup> Vale a pena lembrar a definição de língua proposta por Guimarães (1977), que a considera “uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente” (apud Guimarães, 1989:76).

<sup>9</sup> Esta ancoragem no espaço/tempo está presente na definição do conceito de *hiperlíngua* de Auroux (1998); porém, consideramos, com Guimarães e a diferença de Auroux, o interdiscurso como a exterioridade constitutiva que determina as práticas discursivas que dão materialidade e movimento históricos à língua. Cf. Zoppi Fontana & Diniz (2008), onde se desenvolve uma reflexão crítica sobre o conceito de hiperlíngua, a partir dos deslocamentos introduzidos pelo conceito de espaço de enunciação de Guimarães (2002).



Desta maneira, o autor conclui que a enunciação se dá por agenciamentos específicos da língua: “os *falantes* são tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente” (*ibidem*). Para descrever esses agenciamentos Guimarães propõe uma análise da *cena enunciativa*, na qual se constituem as figuras específicas do agenciamento enunciativo: “aquele que fala” e “aquele a quem se fala”. Para o autor, uma cena enunciativa se caracteriza por “modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre figuras de enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002: 23). Portanto, descrever uma cena enunciativa “é analisar o próprio modo de constituição dos lugares de dizer pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, 2007:207). As figuras enunciativas que compõem a cena são: locutor, locutor-x, enunciador, alocutário, alocutário-x e destinatário.

O *Locutor* -que representamos com a letra L maiúscula- é o lugar que se representa no próprio dizer como sua fonte. Porém, no acontecimento da enunciação há uma disparidade constitutiva entre o *Locutor* e o *locutor-x*. Com efeito, para estar no lugar de Locutor (L) é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, de um certo modo e em certas línguas, ou seja “o Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social ao que chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc.)” (GUIMARÃES, 2002 e 2011: 24). Podemos, então, analisar o agenciamento enunciativo perguntando, para um determinado recorte textual, de que lugares sociais é possível dizer o que aparece dito nos enunciados e do modo como aparece dito?

Na descrição da cena enunciativa Guimarães (2002, 2007b, 2011) ainda considera os *lugares de dizer*, que ele denomina *enunciadores* e que distingue como *enunciador individual*, *enunciador coletivo*, *enunciador genérico* e *enunciador universal*. Para o autor, os *enunciadores* representam no acontecimento enunciativo (e portanto nos enunciados nele produzidos) diversos modos de apagamento do lugar social do locutor (*locutor-x*), ou dito de outra maneira, apaga-se a *disparidade constitutiva* do agenciamento enunciativo entre o Locutor e o locutor-x: apaga-se para o falante a natureza política do acontecimento de sua enunciação. Poderíamos nos perguntar, junto com o autor: “o que explica estas



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

divisões do Locutor que funcionam produzindo o apagamento do social e da história?”  
(GUIMARÃES, 2002:30)

Para nosso trabalho são fundamentais e inspiradoras as especificações fornecidas por Guimarães (*ibidem*) a modo de resposta a essa pergunta; trata-se da relação dos *enunciadores* com o interdiscurso no acontecimento da enunciação e o modo como essa relação aparece representada pelo funcionamento da figura dividida do Locutor/locutor-x. Para o autor, falar *é ser tomado por um agenciamento político no acontecimento da enunciação*, que se dá por uma relação com as formas da língua, sobredeterminadas pelo espaço de enunciação e pelo interdiscurso. O Locutor fala de uma região do interdiscurso, de uma memória de sentidos, na qual ocupa uma *posição sujeito* que o constitui no acontecimento enunciativo numa relação particular com o lugar social *-locutor-x-* do qual enuncia e com o espaço de enunciação no qual é constituído como *falante*. Esta caracterização poderia “levar a pensar que a figura do enunciador não é nada mais do que uma repetição da questão da posição do sujeito. Mas não é o caso”. (GUIMARÃES, 2002:30). Através de exemplos esclarecedores o autor demonstra a riqueza de relações possíveis entre o *lugar de dizer* (enunciador) e o *lugar social de dizer* (locutor-x) e as posições-sujeito que se delimitam em relação a diversos processos discursivos.

Nada impede que da posição de sujeito científico o *lugar do dizer* seja o enunciador-universal e o *lugar social* seja o de locutor-presidente. Tantas vezes o atual presidente [FHC na época] mobilizou argumentações próprias da economia, da sociologia, etc. enunciando do lugar de presidente. Mas não deixa de ser interessante ver como falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso científico é diferente de falar do lugar do presidente a partir de uma posição do discurso jurídico, como no caso do [enunciado performativo] *Decreto*. (GUIMARÃES, 2002:31)

Desta maneira, Guimarães explicita o diálogo teórico estabelecido pela abordagem semântica que ele pratica com a Análise de Discurso filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Em um trabalho anterior, esta relação do acontecimento da enunciação (representado no texto pelas figuras da cena enunciativa) com a língua e o interdiscurso era descrita como segue:

Tenho definido a enunciação como o pôr-se a língua em funcionamento, movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

sujeito. A língua, na sua ordem própria, é movimentada pelo interdiscurso. Não há como ela ser apropriada por quem fala: a língua é materialmente histórica e funciona na enunciação em virtude de sua historicidade. [...] Isto faz com que toda enunciação seja uma dispersão de posições de sujeito. Ocupar uma posição de sujeito, identificar-se como sujeito é, sempre, estar dividido entre o que se supõe saber sobre si e o que é dito na enunciação. (GUIMARÃES, 1999:21)

Como já vimos nas citações de trabalhos mais recentes, esta divisão do sujeito se *mostra* no sentido dos enunciados pela *disparidade constitutiva* entre a figura do Locutor e do locutor-x e pela relação de ambas as figuras enunciativas com os *lugares de dizer* (enunciadores). O autor coloca, assim, como objetivos de sua teoria semântica (entre outros) “considerar a questão da representação do sujeito na constituição do sentido” e “construir um conceito de texto que se articule a este conjunto de preocupações” (GUIMARÃES, 2007b:11-12). As contribuições feitas por Guimarães ao longo dos anos nestas duas direções são preciosas para a reflexão que empreendemos sobre as últimas duas décadas do processo de gramatização do Português do Brasil e seus efeitos na configuração do *espaço de enunciação brasileiro*, sobredeterminado pelas políticas de integração regional e internacional e afetado pelo discurso da mundialização.

### **Agenciamento político da enunciação e as divisões da língua nacional**

A partir dos anos noventa assistimos a uma intensificação da discussão sobre a promoção e difusão internacional da língua portuguesa, ocorrida tanto nos espaços acadêmicos e políticos do Brasil, quanto de outros países que reconhecem o português como língua oficial, notadamente no âmbito de órgãos supranacionais como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, entre outros. A preocupação com a “internacionalização” da língua é recente, ultrapassa os limites da língua portuguesa e está diretamente vinculada ao discurso da mundialização<sup>10</sup>. Na última década tenho desenvolvido uma pesquisa destinada a estudar a presença e funcionamento do Português

---

<sup>10</sup> Cf. estudos recentes de Orlandi (2009a, 2009b) que analisam os efeitos do discurso da mundialização sobre a subjetividade contemporânea na sua relação com a língua e as instituições do Estado.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

do Brasil em *espaços de enunciação ampliados*. Dois projetos individuais de pesquisa<sup>11</sup> e algumas teses e iniciações científicas diretamente vinculadas a eles<sup>12</sup> recortaram como objeto diversos aspectos do processo de gramatização (AUROUX, 1992) do português no Brasil nos últimos 25 anos, descrevendo os diversos modos de constituição de uma memória da língua que a significa em sua dimensão *transnacional*.

Analisamos gestos de *institucionalização* de um saber específico sobre essa dimensão “internacional” da língua (criação de novas associações científicas e cursos de licenciatura), a elaboração e implementação de novos *instrumentos linguísticos* (gramáticas específicas de PLE, dicionários, livros didáticos e exame de proficiência produzidos no Brasil por autores brasileiros) e diversos *acontecimentos linguísticos* que têm participado efetivamente na construção de novos sentidos para a língua brasileira<sup>13</sup>, que vem ressignificar o estatuto do português tanto como *língua oficial* quanto como *língua nacional*<sup>14</sup> do país.

Ao analisar o último período do processo de gramatização do português no Brasil, iniciado, como demonstramos em outros trabalhos (ZOPPI FONTANA, 2009a), no fim da década de oitenta do século XX, descrevemos as divisões *entre* línguas e *na* língua que configuram na atualidade o espaço de enunciação brasileiro e analisamos a constituição de uma memória e uma imagem para o português do Brasil, na sua dimensão *transnacional*, que o significa como *instrumento de penetração do Estado e Mercado brasileiros em territórios para além de suas fronteiras nacionais*. Trata-se de uma nova divisão que vem afetar a distribuição e hierarquia da(s) língua(s) no espaço de enunciação brasileiro. É neste sentido que compreendemos a *dimensão de língua transnacional*, enquanto uma imagem e

---

<sup>11</sup> Este artigo apresenta resultados finais do projeto de pesquisa *A língua brasileira no mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados*, Bolsa PQ-CNPq processo 02969/2004-7 e do projeto *O discurso político sobre a língua no Brasil a partir dos anos 90*, Bolsa PQ-CNPq processo 306635/2007-0. Cf. Zoppi Fontana, 2002, 2007, 2008, 2009a, 2009b, 2010, 2011 e Zoppi Fontana & Diniz, 2006, 2008.

<sup>12</sup> Cf. Diniz, 2009 e Caldeira, 2010.

<sup>13</sup> Orlandi, 2009 descreve os processos históricos e os diversos discursos que permitem identificar o português no Brasil como “língua brasileira”.

<sup>14</sup> Em Guimarães, 2005, encontramos uma distinção sucinta entre “língua nacional” e “língua oficial”. No nosso trabalho tentamos caracterizar o funcionamento destas duas divisões da língua pela descrição das práticas discursivas que constituem memórias e imagens diferentes para ambas ao longo da histórica (cf. Zoppi Fontana, 2010a)



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

uma memória específicas para o português do Brasil produzidas como efeito dos processos de gramatização ocorridos no país nos últimos 25 anos. Trata-se de uma imagem e uma memória da língua que ao mesmo tempo que se alicerçam nos discursos que a instituem como unidade imaginária (a sua dimensão de *língua nacional*<sup>15</sup>) pelos fortes laços de identificação com o funcionamento dos aparelhos do Estado-nação, sofrem o impacto dos discursos de “*internacionalização*” e “*valorização*” que deslocam hoje o debate sobre as políticas linguísticas, ressignificando os processos de silenciamento e dominação que definem a dimensão de língua nacional no espaço de enunciação brasileiro.

Como já vimos, um espaço de enunciação se caracteriza por estabelecer *uma divisão dissimétrica dos direitos a dizer e dos modos de dizer dos seus falantes*. Esta divisão se estabelece tanto entre línguas diferentes quanto no interior de uma mesma língua, porque, conforme afirma Guimarães (2005: 12) “as línguas funcionam politicamente e isso as divide; [...] a distribuição dessas línguas para seus falantes constitui uma hierarquia entre elas e atribui um sentido para essa hierarquia”. O autor considera dois modos de funcionamento das línguas num espaço de enunciação: 1- um que representa as relações imaginárias cotidianas entre falantes e 2- outro que representa as relações imaginárias institucionais (GUIMARÃES, 2007: 64). É importante frisar que a identificação de uma determinada prática linguística como fazendo parte de um ou outro modo de funcionamento não se dá como fruto de alguma descrição tipológica orientada por definições teóricas *a priori*, mas a partir dos sentidos produzidos no acontecimento enunciativo na sua relação com o interdiscurso e em condições de produção específicas.

Neste trabalho vamos explorar o modo de significar estas divisões da língua em suas *relações imaginárias institucionais*, especificamente no âmbito do discurso político parlamentar. Concentrar-nos-emos nos *modos de dizer* (modalizações e outras formas de modalidade presentes nos enunciados) que materializam no texto o *agenciamento enunciativo* em relação ao acontecimento da enunciação e, especificamente, aos

---

<sup>15</sup> Payer (2009) denomina “dimensões da língua” às diversas memórias que organizam discursivamente o espaço simbólico e imaginário de uma língua em relação com os processos de subjetivação dos falantes.





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

*acontecimentos linguísticos* que sinalizam momentos de inflexão no processo de institucionalização de um saber metalinguístico sobre a língua nacional<sup>16</sup>.

Para tanto, constituímos um corpus de textos legislativos produzidos em torno da proposta no Senado Federal de instituição de um *Dia Nacional da Língua Portuguesa*; o conjunto de textos reunidos inclui o projeto de lei, o parecer do relator, a lei finalmente promulgada, e diversos pronunciamentos proferidos por senadores por ocasião da comemoração dessa data<sup>17</sup>. Este recorte de textos jurídico-administrativos pode ser caracterizado como fazendo parte do *arquivo legislativo*, definido por Rodrigues (2010:296) como “o conjunto de textualidades elaboradas durante o processo legislativo de apresentação e tramitação de um projeto de lei”, que se caracterizam, conforme a autora, por sua circulação restrita ao âmbito parlamentar e pelo seu funcionamento discursivo como *proposição*, o que as diferencia do funcionamento de *imposição* normativa que caracteriza a lei, uma vez que é sancionada. Este seu funcionamento diferencial em relação à *performatividade* dos enunciados é crucial para nossa análise, dado que permite traçar, por meio do agenciamento enunciativo, os pontos de emergência do *acontecimento linguístico no arquivo*, nos quais momentos de interpretação se representam como “tomadas de posição” do sujeito de enunciação. Voltaremos adiante sobre a descrição deste efeito imaginário de engajamento do locutor na enunciação.

Para compreender o debate instaurado pelo referido projeto de lei, é necessário lembrar que à época de sua proposição no Senado Federal (em 2004) a “língua portuguesa” era celebrada nos países lusófonos, e no Brasil inclusive, em 10 de junho, data comemorativa da morte de Camões e dia festivo desde longa data em Portugal, onde era

---

<sup>16</sup> Cf. Zoppi Fontana, 2009b, 2010b.

<sup>17</sup> O corpus completo no qual produzimos os recortes que possibilitaram a análise está integrado pelos seguintes textos: o projeto de lei nº 149 de 2004 apresentado pelo Senador Papaléo Paes; o Parecer nº 1859 de 2004 da Comissão de Educação do Senado Federal, cujo relator foi o Senador Luiz Otávio; a lei nº 11310 de 12 de junho de 2006, promulgada pelo Presidente da Nação, Luiz Inácio Lula da Silva; o pronunciamento do Senador Marco Maciel junto ao Senado Federal em 17-06-2005, em comemoração ao Dia da Língua Portuguesa no dia 10-6-05, data em homenagem ao aniversário da morte de Luiz de Camões; os pronunciamentos do Senador Papaléo Paes em 20-11-2006 e 25-11-2008 em comemoração ao Dia Nacional da Língua Portuguesa, celebrado no dia 5-11 de cada ano, data estabelecida em homenagem ao nascimento de Rui Barbosa.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

denominado “Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, nomeação que traz a memória dos processos de colonização e dos movimentos imigratórios.

Vejam os recortes seguintes:

1- Celebrar o Dia de Portugal, que é também o Dia das Comunidades Portuguesas, significa reafirmar as nossas raízes, a identidade portuguesa e a ambição de fazer de Portugal um país mais desenvolvido e mais justo, respeitado e credível na Europa e no mundo. No dia 10 de junho, também chamado o Dia de Camões, celebramos a língua portuguesa como fundamento da unidade da nação portuguesa, dos portugueses residentes em Portugal e das comunidades espalhadas pelo mundo” (Mensagem do Presidente de Portugal à Nação em 10-6-2006)

Na cena enunciativa representada nos enunciados deste pronunciamento, encontramos um Locutor que se mostra como responsável pela enunciação (por meio das marcas da 1ª. ps.: “nossas raízes”, “celebramos”) e que fala do lugar de locutor-presidente de Portugal. Observe-se que as diversas denominações apresentadas para a mesma data comemorativa sinalizam a complexidade do agenciamento enunciativo.

1-Por um lado, do lugar de locutor-presidente, por força da autoridade institucional que legitima a performatividade do enunciado, se definem os sentidos que devem ser atribuídos à denominação e metonimicamente à data e à comemoração: “*celebrar ... significa reafirmar*”. “Dia do Portugal” é reescrito como “Dia das Comunidades Portuguesas” e apresentado como sinônimo: ambas as denominações refeririam a sentidos representados como equivalentes do lugar do locutor-presidente, que mobiliza um *enunciador universal* que nomeia o real como já existente “*o Dia de Portugal que é também o Dia das Comunidades Portuguesas*”. O *enunciador universal* agenciado pelo Locutor recorta como memorável para esta enunciação (pelo funcionamento da *articulação por dependência* da subordinada relativa “que é também”<sup>18</sup>) a coincidência imaginária entre o nome e o real nomeado, apresentado por efeito de pré-construído como sempre já-lá. Assim, o primeiro enunciado do recorte funciona como um *enunciado definidor* sustentado na autoridade do lugar de locutor-presidente (garantia da performatividade), que recorta um memorável que

<sup>18</sup> Guimarães (2009:51) define os procedimentos de articulação como o estabelecimento de relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. “Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação”.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

presentifica na enunciação o discurso da colonização: somente pela identificação do Locutor (nas suas divisões enunciativas constitutivas) com uma posição-sujeito inscrita no discurso da colonização pode se estabelecer como evidente a sinonímia entre *Portugal* e *Comunidades Portuguesas*.

2- Por outro lado, o Locutor apresenta uma outra denominação, que aparece articulada no enunciado na forma de um adjunto nominal, cuja inserção incidente (*também chamado Dia de Camões*) traz a voz de um *enunciador genérico* que não é assimilada pelo Locutor; esta não coincidência (“chamado” por outros locutores que não o locutor-presidente) é apresentada por efeito de sustentação como lateral e secundária, não incidindo na força ilocucionária da afirmação realizada do lugar do Locutor “*No* dia 10 de junho... *celebramos* a língua portuguesa *como fundamento* da unidade da nação portuguesa”. Neste caso, o locutor-presidente enuncia do lugar de um *enunciador coletivo* identificado com o conjunto dos portugueses, para os quais a língua portuguesa é significada “como fundamento da unidade da *nação portuguesa*”, reescrita por enumeração como “[unidade] dos portugueses *residentes em Portugal* e das *comunidades espalhadas pelo mundo*”. Perceba-se, novamente, que o Locutor (nas suas divisões enunciativas constitutivas) se inscreve em uma posição-sujeito do discurso da colonização a partir da qual é possível significar a “nação portuguesa” como “residentes no Portugal” e “comunidades espalhadas pelo mundo”.

Voltemos, agora, a nosso corpus.

O projeto de lei 149/2004 que propõe a instituição de um “Dia Nacional da Língua Portuguesa” surge como uma tentativa de fixar uma *data brasileira* para a comemoração da língua portuguesa no território nacional. Assim, reconhecemos na própria *denominação* desta data comemorativa: “Dia *Nacional* da Língua Portuguesa” o litígio constitutivo do espaço de enunciação brasileiro (dividido entre a *língua nacional* do Brasil, fundamento da identidade brasileira, e a *língua oficial* do Estado brasileiro, compartilhada com todos os outros Estados cuja língua oficial é o português). Observe-se que pelo funcionamento da determinação “nacional”, a designação significa por oposição a denominações como “Dia da Língua Portuguesa”, “Dia de Portugal”, “Dia das Comunidades Portuguesas” e “Dia de Camões”. Assim, a determinação “nacional” recorta um memorável que alude



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

implicitamente à existência de outras datas comemorativas e que nas condições atuais de gestão e circulação da língua portuguesa no mundo se opõe à designação de um “Dia *Internacional* da Língua Portuguesa”. Com efeito, a denominação “Dia *Nacional* de Língua Portuguesa” é produzida do lugar do locutor-senador (significado simultaneamente como político e como legislador) que assimila o ponto de vista de um *enunciador coletivo* identificado com o conjunto dos brasileiros, nos quais o Locutor se inclui. Observe-se o recorte 2:

2- Sobram razões para que sejam envidados todos os esforços no sentido de valorizar e preservar *o nosso maior patrimônio*: a língua portuguesa. *Fator de unidade e integração do nosso país* de dimensões continentais, a *língua pátria* é reconhecida por especialistas como *o mais importante laço de consolidação da unidade nacional*.[...] A importância desse movimento de defesa e preservação da língua portuguesa é de tal grandeza que transpõe fronteiras e constitui, atualmente, matéria de preocupação de todas as nações de fala portuguesa [...] A par da atuação do *Brasil no âmbito da CPLP*, urge a definição de iniciativas em nosso próprio território em favor dessa nobre causa”. (Projeto de lei nº 149/2004, destaques nossos)

As operações de reescritura da designação “língua portuguesa” no texto do projeto mostram a configuração particular do agenciamento enunciativo, ao reescrever por substituição “língua portuguesa” por “*nosso maior patrimônio*” e “língua *pátria*”, além de reescrevê-la por expansão por “fator de unidade e integração do *nosso país*”, “o mais importante laço de consolidação da *unidade nacional*”.

Para melhor explicitar em nossa análise o litígio rememorado pela determinação “nacional” na denominação da data comemorativa proposta pelo senador brasileiro, trazemos aqui um recorte da notícia sobre a instauração, no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), de uma nova data para celebrar a língua. Vejamos:

3- A celebração do *Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP* [na data 5 de maio de cada ano] foi instituída a 20 de Julho de 2009, por resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da organização, realizada na Cidade da Praia, Cabo Verde. O documento da CPLP justificava a decisão pelo facto de a língua portuguesa constituir, entre os povos da comunidade, «*um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada*». Declarava ainda que a língua portuguesa é um «meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista» e, «no plano mundial, *fundamento de uma*



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

*actuação conjunta* cada vez mais significativa e influente».(sítio web do Instituto Camões, 4-5-2010)

A nova denominação para a data “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP”, desloca pelo funcionamento da determinação (“da CPLP”), a relação de pertencimento da língua a um determinado território nacional, particularizando como território simbólico de referência para a celebração desta data o espaço jurídico-administrativo da entidade supranacional. Como efeito dessa nova determinação, a designação “língua portuguesa” é reescrita nos enunciados como “um vínculo histórico e um património *comum* resultantes de uma *convivência* multissecular” e “fundamento de uma *actuação conjunta*”. Atente-se para a modalização deôntica do enunciado que se articula por dependência com os processos de reescritura da designação: ‘uma convivência multissecular que *deve ser* valorizada’. Esta marca de modalização projeta sobre a cláusula relativa os sentidos impositivos próprios à força ilocucionária de uma ordem, cuja garantia de performatividade aparece representada nos enunciados como o lugar de um locutor-institucional identificado com o Conselho de Ministros da CPLP. Interessa destacar que esta marca de modalização, ao mesmo tempo alude e silencia a existência de um discurso contrário à “valorização da convivência multissecular”, expressão eufemística com a qual se designam, da posição-sujeito do discurso da colonização, os séculos de dominação do poder central de Portugal sobre os territórios invadidos-conquistados.

No projeto de lei 149/2004 que analisamos, a performatividade dos enunciados da proposta legislativa aparece, também, diretamente vinculada ao funcionamento da modalização e do agenciamento enunciativo. Observe-se o recorte seguinte:

4. *Ressalte-se que* uma data *deve guardar* consonância com os valores da comunidade nacional, ainda que compartilhados com outras comunidades situadas em outros países. Se em Portugal, *a comunidade lusitana pode escolher* Camões ou Saramago para simbolizarem a língua, *por que brasileiros não poderiam escolher* Rui Barbosa que, além de grande cultor das letras, na condição de orador e jurista, foi também um grande defensor das liberdades democráticas?”. (Parecer nº 1859/2004, Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF, destaques nossos)

Compare-se o recorte 4, com a declaração dos Ministros da CPLP no recorte 3: as marcas de modalização também são deônticas “uma data *deve guardar* consonância com





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

os valores da comunidade nacional, ainda que compartilhados com outras comunidades situadas em outros países”. A performatividade impositiva dos enunciados é sustentada pelo lugar social do locutor-senador, que pela menção explícita a Rui Barbosa, se representa enunciativamente na imagem de político democrata e jurista conceituado que lhe serve de espelho, a partir da qual predica a construção e defesa da identidade/língua nacionais. Este Locutor assimila o ponto de vista de um *enunciador universal*, a partir do qual a identificação da língua ao território nacional se apresenta como necessária e evidente para todos, apagando na formulação dos enunciados o litígio constitutivo da língua nacional brasileira no espaço de enunciação lusófono. O locutor-senador mobiliza, então, um princípio apresentado como universalmente aceito para se confrontar enquanto locutor-brasileiro com os locutores da proposta hegemônica de uma data *comum*. É pela evocação do litígio (entre a “comunidade lusitana” e “brasileiros” no recorte 4) que se constitui o lugar do locutor-x: locutor-senador *brasileiro*, representante legítimo da sociedade brasileira e de seus interesses em relação à língua nacional.

Para avançar na nossa compreensão do funcionamento da modalização na sua relação com o acontecimento da enunciação retomamos aqui a noção de *acontecimento linguístico*<sup>19</sup> definida discursivamente por Guilhaumou e Orlandi. De nossa parte, exploramos seu funcionamento enunciativo, especificamente em termos dos agenciamentos políticos da enunciação que constituem o sentido dos enunciados. Guilhaumou (1997) define o conceito de *acontecimento linguístico* destacando, na gramatização, os *espaços intersubjetivos* propícios à inovação linguística, e valorizando, no plano teórico, a “consciência linguística dos sujeitos falantes em relação à própria língua”, bem como o funcionamento dos instrumentos linguísticos em momentos históricos marcados pela mudança. Assim, este autor relaciona o conceito de *acontecimento linguístico* com seu conceito de *acontecimento discursivo* (GUILHAUMOU, 1997), o qual é pensado como *momento de emergência de formas singulares de subjetivação* (destaques nossos). Orlandi (2002:32), por sua vez, introduz o conceito de *acontecimento linguístico* na sua reflexão sobre o processo de gramatização do português no Brasil para “nomear

---

<sup>19</sup> Cf. Zoppi Fontana, 2009b e 2010b.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

especialmente, em um caso como o da colonização, essa relação do lugar enunciativo e a língua nacional”, sempre considerando que “toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência linguística da época considerada e a forma como a questão da enunciação é apresentada nesse período”.

A partir destes autores podemos afirmar que, do ponto de vista enunciativo, a noção de *acontecimento linguístico* é definida:

- por sua *reflexividade enunciativa*, isto é, pela interpretação/representação da enunciação e dos enunciados como acontecimento por/para os sujeitos que enunciam; e
- por sua *reflexividade metalinguística*, através da qual a língua se constitui em objeto de uma enunciação política.

Esta *dupla reflexividade enunciativa do acontecimento linguístico* se manifesta nos textos por meio das marcas de modalização e de performatividade presentes nos enunciados, cujo funcionamento é diretamente afetado pela configuração do agenciamento enunciativo. Vejamos alguns enunciados:

5. Sobram razões para que sejam envidados todos os esforços no sentido de valorizar e preservar o nosso maior patrimônio: a língua portuguesa.
6. **Na verdade**, de modo pontual e tímido, o País tem-se dado conta da importância da preservação e do cultivo do seu idioma.
7. **Entendemos**, entretanto, que essa é, sobretudo, uma tarefa de Estado. **Acreditamos** que a instituição de um dia consagrado à língua pátria deverá sensibilizar o governo, que, por intermédio dos seus órgãos de atribuição específica, será instado a implementar ou incrementar as ações já existentes, voltadas para a proteção do idioma nacional. A par da atuação do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, urge uma definição de iniciativas em nosso próprio território em favor dessa nobre causa”. (Projeto de lei nº149/2004, destaques nossos)
8. Ainda que não seja para criar um feriado, a instituição de uma data nacional por meio de lei tem vários objetivos [...] Significa uma forte sinalização às autoridades para que, nessas referidas datas, sejam organizados eventos, programas e campanhas alusivos ao tema. (Parecer do relator da Comissão do Senado, destaques nossos)

O Locutor se representa pelas marcas da 1ª. ps. (“entendemos”, “acreditamos”, “nosso”) e sustenta a performatividade dos enunciados na legitimidade do lugar do locutor-senador brasileiro, em relação ao qual devem ser interpretadas as marcas de modalidade da enunciação “na verdade”, “entendemos”, “acreditamos” e de modalidade do enunciado

“deverá sensibilizar”, “será instado a”, “urge”, “sejam organizados”, “sobram razões para que sejam envidados”. Por outro lado, importa destacar o funcionamento de expressões adverbiais modalizadoras (“argumentou *com ênfase*”, “é *sobretudo* uma tarefa do Estado”, “*de modo pontual e tímido* tem-se dado conta”), que na sua articulação com os predicados verbais materializam nos enunciados o litígio constitutivo do espaço de enunciação brasileiro, tensionado pelos movimentos históricos de produção de sentidos para a *língua nacional do povo brasileiro* e a *língua oficial do Estado Brasileiro*, que como já vimos, mobilizam regiões contraditórias no interdiscurso. Por um lado, o *discurso da colonização*<sup>20</sup> que recorta a memória da língua do lugar das relações de poder e dominação exercidas por Portugal ao longo dos séculos; e por outro lado, o *discurso da brasilidade*, que traz os sentidos de autoria e resistência produzidos por meio dos processos de gramatização da língua portuguesa no Brasil<sup>21</sup>.

No recortes analisados, observamos indícios de gestos de interpretação, materializados como marcas de modalização nos enunciados, as quais representam imaginariamente o movimento do sujeito como “tomadas de posição” produzidas do lugar de enunciação do político-senador brasileiro. Recorremos a Pêcheux (1975, p. 215) na tentativa de melhor explicitar o que compreendemos neste nosso trabalho por “tomada de posição”, na sua inscrição em lugares de enunciação delimitados no acontecimento linguístico como efeito da contradição constitutiva entre as posições-sujeito no interdiscurso (ZOPPI FONTANA, 2001). Trata-se, para nós, de uma reduplicação dos processos de identificação que constituem o sujeito em uma posição-sujeito dada, movimento vivido-percebido-experenciado imaginariamente pelo sujeito da enunciação como uma “tomada de posição”. Para o analista, então, descrever uma montagem de enunciados no arquivo como *acontecimento linguístico* consiste em “detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tal, isto é, como efeitos de identificação assumidos” (PÊCHEUX, 1983, p.57). As marcas de modalização são os vestígios materiais deixados nos enunciados pelos processos de identificação/interpelação que constituem o sujeito de discurso em relação a uma posição-

---

<sup>20</sup> Orlandi (1990) e Mariani (2004), entre outros, analisam esses processos.

<sup>21</sup> Orlandi (2002, 2009) analisa esses processos.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

sujeito determinada. Em um trabalho anterior (ZOPPI FONTANA, 2001), já afirmávamos que “explicitar/trabalhar a eficácia ideológica de determinado corpus em análise implica descrever as operações de formulação que constituem as sequências discursivas como *reformulações presas na rede de enunciados* (domínio de saber) e *na rede de lugares enunciativos* (modos de dizer/modalidades enunciativas) *que inscrevem o sujeito no fio do discurso*”.

Fundamentados nesta compreensão do funcionamento da modalidade enunciativa, preferimos utilizar a noção de *modos de dizer* para referir ao conjunto de operações de modalização que afetam o sentido dos enunciados. Concordamos com Authier-Rèvoz (1990) quando afirma que não se deve “confundir o plano das *representações* do dizer por/para o Locutor com o *funcionamento real* da enunciação, em sua relação constitutiva com as condições reais do dizer”.

Para tanto, inspiramo-nos nas análises do funcionamento da performatividade desenvolvidas por Guimarães em seus diversos trabalhos (em relação aos textos da Constituições Brasileiras ou do Credo, por exemplo<sup>22</sup>), nas quais a divisão constitutiva do lugar de enunciação do Locutor e do locutor-x permite explicar a força ilocucionária dos enunciados e os espaços de legitimação que garantem a performatividade. Nessa mesma direção, propomos neste trabalho considerar as marcas de modalização como indícios do *agenciamento político da enunciação*, sendo referidas ao Locutor enquanto predicadas pelo lugar social (locutor-x) que lhes fornece a sustentação. Não se trata, portanto, da avaliação de um *eu*, considerado fonte e origem de atitudes e apreciações, mas de um *modo de dizer*<sup>23</sup> produzido pelo funcionamento complexo dos agenciamentos políticos no acontecimento da enunciação, sobredeterminados pelas relações contraditórias de filiação a diferentes posições-sujeito no interdiscurso.

### **Não só arte poética, mas ainda teoria**

Quantos passos  
é preciso dar

---

<sup>22</sup> Cf. Guimarães (1996) e (2011) respectivamente.

<sup>23</sup> Serrani (1997) e Agustini (2004) analisaram o modo de dizer em relação aos lugares sociais do escritor/intelectual e do gramático, respectivamente.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

para chegar  
ao fim  
de uma rua  
curva  
é o que o olhar  
só alcança depois  
à medida que se chega

In: *Corpo*, Eduardo Guimarães

A descrição proposta por Guimarães para a cena enunciativa e o agenciamento político da enunciação abre uma via profícua de reflexão que permite escapar à armadilha das análises enunciativas que descrevem a modalidade por uma relação direta com o sujeito de enunciação, referido em suas atitudes, aproximações, distanciamentos e engajamento com os enunciados.

A partir das análises realizadas, acreditamos ter demonstrado como os enunciados estabilizam seu sentido no acontecimento da enunciação a partir do funcionamento conjunto do agenciamento enunciativo, a modalização, a performatividade e as relações de integração estabelecidas entre os enunciados e o texto no qual aparecem inseridos.

Em relação ao acontecimento linguístico, as marcas de modalização são um indício do movimento de ‘reduplicação da identificação’, pelo qual o Locutor, predicado pelo lugar social de *locutor-legislador*, se coloca imaginariamente em seus enunciados como ‘tomando uma posição’ em defesa da *língua nacional*, face aos embates dos movimentos para sua internacionalização. Assim, os *modos de dizer* materializados nos enunciados pelas marcas linguísticas de modalização nos fornecem indícios dos agenciamentos enunciativos que representam os gestos de interpretação do sujeito como “tomadas de posição” assumidas e reconhecidas enquanto tais.

Neste sentido, a descrição enunciativa dos documentos de nosso corpus nos permitiu mostrar o complexo jogo de agenciamentos enunciativos a partir dos quais o sujeito produz um dizer e um fazer políticos que colocam a língua nacional como seu objeto.

A representação imaginária dessas “tomadas de posição”, que reivindicam uma posição de autoria para o Estado brasileiro em relação à comemoração da sua língua oficial





Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

(“por que brasileiros não poderiam escolher Rui Barbosa”), mostra o litígio que configura essa inscrição institucional, face aos embates políticos e econômicos do mundo globalizado e, em especial, do outro (Portugal e a língua portuguesa significada como a língua de Portugal) que os processos históricos de colonização e descolonização linguística constituíram como o fundo duplo que habita, desdobrando-a, a memória da *língua nacional no Brasil*.

Com este nosso trabalho almejamos poder contribuir com alguns pontos coloridos a mais ao quadro em construção da Semântica do Acontecimento, que vem sendo primorosamente pintado por Eduardo Guimarães na última década. Há, sem dúvida, muitos pontos distintos a ser acrescentados à pintura, mas não é possível antecipar “quantos passos é preciso dar para chegar”. Porque ao final, a arte do detalhe é a arte da teoria e ambas têm a ver com a poesia que habita a língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUSTINI, Carmen H. 2004. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas: Pontes.
- AUROUX, Sylvain. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Pontes.
- BENVENISTE, Émile. 1966. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes.
- CALDEIRA, Marcel. 2010. A determinação de sentido em projetos de leis ortográficas e gramaticais e sua relação com o debate acadêmico-científico sobre a língua. Projeto de Iniciação Científica, bolsa FAPESP processo 2009/17007-2.
- DINIZ, Leandro. R. A. 2008. *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- GUILHAUMOU, Jacques. 1997. “Vers une histoire des événements linguistiques. Un nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste”. In: *Histoire, épistémologie, Langage, 18/II: 103-126*. Paris: SHESL, PUV.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Linguística e História*. Percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro & João Editores.
- GUIMARÃES, Eduardo. 1987. *Texto e argumentação*. Um estudo de conjunções do Português. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. 1989. Enunciação e História. In: \_\_\_\_\_.(org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes. p.71-79



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

- \_\_\_\_\_. 1995. Texto e enunciação. In: *Órganon*. Revista do Instituto de Letras, v.9, n. 23. Porto Alegre, UFRGS, p.63-67
- \_\_\_\_\_. 1996. Os sentidos de cidadão no Império e na República de Brasil. In: \_\_\_\_\_. & E. Orlandi (org) *Língua e cidadania*. O Português no Brasil. Campinas: Pontes, p.39-46
- \_\_\_\_\_. 1999. Interpretar. Língua e Acontecimento. In: *Revista Brasileira de Letras*, v.1 n.1. São Carlos: UFSCAR, p.19-24
- \_\_\_\_\_. 2002. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil*. Campinas, Cefiel/IEL/Unicamp.
- \_\_\_\_\_. 2007a. “Domínio semântico de determinação”. In: Guimarães, E. & M.C. Mollica. *A palavra. Forma e sentido*. Campinas, Pontes.
- \_\_\_\_\_. 2007b. Posfácio. Acontecimento e argumentação. In: \_\_\_\_\_. *Texto e Argumentação*. Campinas: Pontes, p.203-216
- \_\_\_\_\_. 2009. “A enumeração. Funcionamento enunciativo e sentido”, In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 51.1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, p. 49-58.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Análise de texto*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas: RG Editora.
- MARIANI, Bethânia. 2004. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes.
- ORLANDI, Eni. 1990. *Terra à vista*. Discursos do velho e novo mundo. São Paulo: Cortês.
- \_\_\_\_\_. 1996 *Interpretação*. Autoria, Leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Língua e conhecimento lingüístico*. Para uma História das Idéias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora.
- \_\_\_\_\_. 2009a. *Língua Brasileira e outras histórias*. Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: RG editora.
- \_\_\_\_\_. 2009b. Terrorismo. Uma difícil tarefa de definição. In: L. Resende et al. *Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p.99-125
- PAYER, M. Onice. 2009. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: Zoppi Fontana, M. (Org) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p. 43-58
- PÊCHEUX, Michel. 1975. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1ª. ed. 1988.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

- RODRIGUES, Fernanda Castelanos. 2010. *Língua viva, letra morta*. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-americana). São Paulo: FFLCH-USP.
- ZOPPI FONTANA, Mónica. 2001. Lugares de enunciação e discurso. Apresentado no *II Congresso Internacional da ABRALIN*, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ABRALIN, fevereiro 2001. In: *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. V. 1. Fortaleza, ABRALIN/UFC, 2003. p. 199-201
- \_\_\_\_\_. 2002. Instrumentos linguísticos e cidadania no Mercosul. Uma posição de autoria no processo de gramatização da língua brasileira. In: *Resumos do IX ICHOLS – International Conference on the History of Language Sciences*. Campinas: UNICAMP e São Paulo: USP.
- \_\_\_\_\_. 2007. A língua brasileira no Mercosul. Instrumentalização da língua nacional em espaços de enunciação ampliados. In: *Actas I. X Simposio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba: Centro de Linguística Aplicada, p.1316-1321.
- \_\_\_\_\_. 2009a. O português do Brasil como Língua Transnacional. In: Zoppi Fontana, M. (org) *O Português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: RG Editora, p. 13-42
- \_\_\_\_\_. 2009b. Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. In: *Anais do IV SEAD-Seminário de Estudos de Análise de discurso*. Porto Alegre: UFRGS, novembro 2009. CD-r
- \_\_\_\_\_. 2009c. Acontecimento, temporalidade e enunciação. Definições terminológicas e o fato novo na ciência. In: *Cadernos de Estudos linguísticos*, v 51-1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, p.69-94
- \_\_\_\_\_. 2010. Ser brasileiro no mundo globalizado: alargando as fronteiras da língua nacional. In: Di Renzo, Ana M. e tal. *Linguagem e História*. Múltiplos territórios teóricos. Campinas: RG Editora, p. 129-152
- \_\_\_\_\_. 2010b. Legislar sobre a língua. Resumo expandido. *GT de Análise de discurso: XXV ENANPOLL*. Belo Horizonte: UFMG.
- \_\_\_\_\_. 2011. A letra, o equívoco e as fronteiras da língua nacional. Trabalho apresentado no *III SIMELP, Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*, organizado pela Universidade de Macau (China), de 29 de agosto a 30 de setembro de 2011. Publicado nos anais do evento, CD-r.
- ZOPPI FONTANA, M. e DINIZ, L. 2006. Política linguística no Mercosul: o caso do certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). In: *Língua(s) e povo(s): unidade e dispersão*. Congresso Internacional de Política Linguística na América do Sul. João Pessoa: Idéia, p. 150-156.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

\_\_\_\_\_.2008. Declinando a língua pelas injunções do Mercado. Institucionalização do Português língua estrangeira. *Estudos Linguísticos*. v. 37, São Paulo: GEL. p. 89-119.